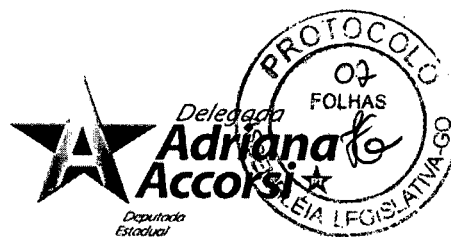




**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS
O PODER DA CIDADANIA



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03,1822 DE junho 2017.

APROVADO PRELIMINARMENTE
A PUBLICAÇÃO E POSTERIORMENTE
A COMISSÃO DE CONST., JUSTIÇA
E REDAÇÃO
Em 03 de junho de 2017
1º Secretário

ALTERA A RESOLUÇÃO Nº
1.218, DE 03 DE JULHO DE
2007, QUE INSTITUI O
REGIMENTO INTERNO DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE GOIÁS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art.
10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os §7º, ao artigo 147 da Resolução nº. 1.218, de 03 de
julho de 2007, que institui o Código de Ética Parlamentar, com a seguinte
redação:

"Art. 147.....

§ 7º Quando licenciado para tratamento de saúde ou para empreender viagem
de observação e estudo ao exterior ou licença-maternidade ou paternidade, o
Deputado terá direito à percepção integral da remuneração. "

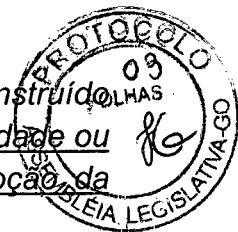
Art. 2º Alteração do § 4 e inclusão do inciso VI e §§ 9º e 10º do artigo 201 da
Resolução nº 1.218, de 03 de julho de 2007, que institui o Código de Ética
Parlamentar, com as seguintes redação:

"Art. 201

VI - por maternidade ou paternidade natural ou adotiva;

(Handwritten signatures and initials)

§ 4º O requerimento de licença para tratamento de saúde deverá ser instruído com atestado médico com firma reconhecida e o da licença por maternidade ou paternidade, de documento comprobatório do nascimento ou da adoção da criança.



§ 9º A licença por maternidade natural é de 120 (cento e vinte) dias e a por paternidade é de 08 (oito) dias, contados em ambos os casos, da data do nascimento da criança.

§ 10º A licença por maternidade ou paternidade adotiva, em período igual ao estabelecido no parágrafo anterior, só será deferida se o adotado contar até 09 (nove) meses de idade.”

Art. 3º Alteração do Artigo 203 da Resolução nº 1.218, de 03 de julho de 2007, que institui o Código de Ética Parlamentar, com as seguintes redação:

“Art. 203. A convocação de suplente dar-se-á no caso de vaga, em virtude de morte, de renúncia, de investidura em funções previstas no inciso I do art. 15 da Constituição do Estado ou de licença igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias, exceto licença maternidade-paternidade.”

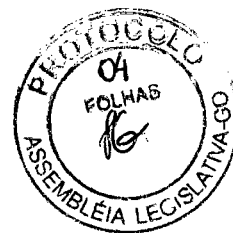
Sala das Sessões aos de de 2017.

Atenciosamente,

Delegada Adriana Accorsi

Deputada Estadual
Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

Handwritten signatures and initials are present throughout the page, including a large signature on the left, a signature above the name 'Delegada Adriana Accorsi', and several signatures at the bottom.



JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa alterar dispositivos da Resolução nº. 1218, de 03 de julho de 2007, que institui o Código de Ética Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. As alterações são no sentido de possibilitar a licença maternidade e paternidade, tanto natural como adotiva.

Embora representem mais da metade da população e do eleitorado nacional, as mulheres ainda têm um grande desafio para se consolidar na política. O Brasil amarga uma das piores colocações no ranking mundial de presença feminina no Parlamento. Segundo o último boletim da União Interparlamentar (UIP), divulgado em janeiro, o Brasil está apenas na 116ª posição em uma lista de 190 países. Vide matéria em anexo.

Sem a devida alteração no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, quando é necessária a utilização da licença de 120 (Cento e vinte) dias o nosso Regimento deixa explícito que pelo período de 120 (Cento e vinte) dias o suplente assume como titular do mandato até o fim da licença.

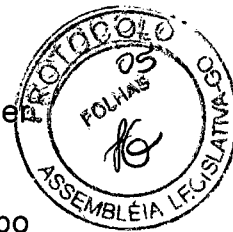
Com a alteração no Art. 203 e inclusão dos §§ 9 e 10 do Art. 201 o titular do mandato tendem a se beneficiar da licença maternidade ou paternidade, sem a necessidade de seu suplente assumir a suas funções na casa. A licença é válida também para filhos e filhas adotivas que tem até nove (9) meses de idade.

A necessidade da licença é devido ao laço familiar que tem a ser construído naquele momento único para o pai e a mãe da criança, onde o titular do mandato sem as devidas alterações no Regimento Interno ao utilizar o seu direito de licença maternidade ou paternidade sente-se prejudicado pelo fato do suplente assumir seu mandato. Assim deixando falho o mandato ao retornar a suas funções anteriores, as alterações apresentadas servem para retirar essa falha e acrescentar em nosso Regime Interno a implementação da licença maternidade.

No Brasil, a licença-maternidade foi introduzida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943. Na época, a mulher tinha direito a quatro semanas antes e oito depois do parto. Com a Constituição Federal de 1988, a licença foi ratificada como direito social e passou a ter duração de 120 dias. Atualmente, órgãos públicos e algumas empresas particulares concedem seis meses de afastamento. "Apesar de ser um direito, ainda há muita pressão para que as mulheres retornem logo a seus postos de serviço sob pena de

3

perderem seus empregos”, avalia Rosane Silva, secretária nacional da mulher trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT).



O ideal mesmo é que todos respeitassem, pelo menos, o tempo mínimo de licença-maternidade, já que inúmeros estudos comprovam a importância da amamentação. “Além de o leite materno possuir todos os nutrientes importantes para o desenvolvimento do bebê, ele tem menos riscos de infecção em geral, doenças respiratórias e também auxilia na digestão da criança”, certifica o Felipe Lora, pediatra do Hospital Infantil Sabará. O médico acrescenta os benefícios para o bebê de ter uma mãe disponível durante a licença-maternidade. “Trata-se de uma mulher mais atenta ao desenvolvimento do filho e isso fica evidente nas consultas pediátricas.”

Ainda vale ressaltar que o **pós-parto** é reconhecido por especialistas como o período de maior vulnerabilidade na vida da mulher para o aparecimento de transtornos psiquiátricos. Como a saúde da mãe é essencial para o **bem-estar do bebê**, é fundamental que ela tenha toda a assistência da qual necessita durante esse tempo. “É importante ter disponibilidade física e emocional para atender às necessidades do **recém-nascido**”, explica a psicóloga Maria Cecília Schettino. “O contato com a mãe estimula as conexões neurais no cérebro do bebê, que faz com que o bebê se sinta seguro, acolhido e amado, condições para que uma inteligência emocional que trará consequências positivas por toda sua vida, em todas as relações.”

A presente alteração faz-se necessário para a garantia da ocupação e manutenção por parte das mulheres no espaço legislativo.

O Art. 147 teve sua alteração para que a remuneração devido à licença materna ou paterna não seja prejudicada por conta de seus direitos.

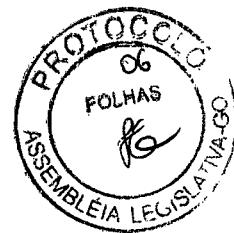
Sala das Sessões aos de de 2017.

Atenciosamente,


Delegada Adriana Accorsi
Deputada Estadual

Assembleia Legislativa do Estado de Goiás





ANEXO I

Embora representem mais da metade da população e do eleitorado nacional, as brasileiras ainda têm um grande desafio para se consolidar na política. O país comandado pela presidenta reeleita Dilma Rousseff (PT) amarga uma das piores colocações no ranking mundial de presença feminina no Parlamento. Segundo o último boletim da União Interparlamentar (UIP), divulgado em janeiro, o Brasil está apenas na 116ª posição em uma lista de 190 países. Na Câmara, as 51 mulheres ocupam o equivalente a 9,9% das cadeiras. No Senado, a proporção é um pouco maior. Há 12 senadoras em exercício, 13% dos 81 parlamentares.

Os índices brasileiros de engajamento de mulheres na política estão abaixo da média mundial, de 22,1% e também do percentual do Oriente Médio, 16%. Nações como Jordânia, Síria, Líbia, Iraque, Emirados Árabes, Afeganistão e Arábia Saudita, conhecidas por negar à mulher direitos básicos há décadas conquistados pelas brasileiras nos espaços públicos, superam o percentual do Brasil de participação feminina. As mulheres sauditas sofrem uma série de restrições no seu dia-a-dia. São proibidas, por exemplo, de dirigir veículos.

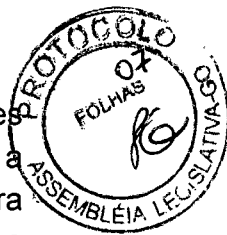
O país da ativista Malala Yousafzai, cuja causa envolve o acesso das mulheres à educação, também supera o Brasil. O Paquistão ocupa o 64º lugar no ranking, 52 posições à nossa frente. Malala foi vencedora do Nobel da Paz em 2014, aos 17 anos, pela defesa dos direitos humanos em sua província no nordeste paquistanês. Aos 15, ela foi baleada na cabeça por causa de sua militância. Os talibãs locais impedem que meninas frequentem a escola.

O Brasil subiu dez posições em relação ao levantamento feito ano passado. Mas a equidade de gêneros no Congresso brasileiro é bem inferior à registrada por países vizinhos. A Bolívia é a segunda colocada na pesquisa, enquanto a Argentina ocupa o 22º lugar. A lista é liderada por Ruanda, onde 63% do Parlamento é formado por mulheres. A UIP "está preocupada com a perpetuação de estereótipos sexuais na medida em que eles são um obstáculo para a parceria entre homens e mulheres, que preconiza o caminho para a democracia".

De acordo com o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), a presença feminina no Congresso deveria refletir a participação da mulher no eleitorado brasileiro. "Seria justo que 50% dos cargos e das lideranças fossem ocupados por mulheres pelo simples fato de que mais de 50% da sociedade é formada por elas."

Apesar de ter uma presidente mulher, os índices do Brasil são baixos pela dificuldade que as mulheres enfrentam para obter financiamento de

campanha, afirma a UIP. A entidade aponta que apenas na Suécia as mulheres detêm mais de 40% dos assentos do Parlamento desde 1995. Há 20 anos, a taxa mundial de presença de mulheres no Parlamento era de 11,3%. De lá para cá, registra a organização, esse índice saltou para 22,1% nos dias atuais, o que indica um crescimento significativo.



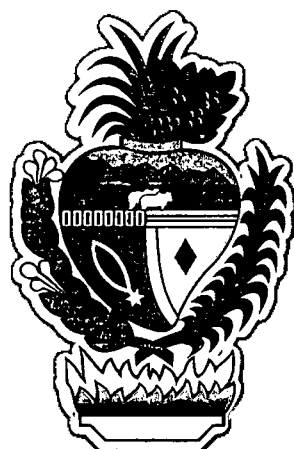
Reforma política

No Congresso Nacional, a criação de elementos que favoreçam a inclusão de mulheres no Legislativo é a principal reivindicação da bancada feminina. “Uma das propostas é a destinação de 30% das vagas do Senado e da Câmara para as mulheres. A intenção é chegar gradualmente aos 50%. Além da reserva de vagas, é preciso também garantir 30% dos recursos do fundo partidário”, explica a senadora Lídice da Mata (PSB-BA), ex-prefeita de Salvador. As mudanças serão apresentadas como propostas de emenda à Constituição nas duas casas legislativas.

As barreiras impostas pelos partidos políticos para as candidatas e a dificuldade de acesso a recursos do fundo partidário e o atual modelo de financiamento de campanha, que favorece candidaturas consideradas mais competitivas, são apontadas pelas parlamentares brasileiras entre os principais desafios para a maior participação feminina na política.

Na última quarta-feira (4), quatro senadoras e três deputadas participaram de discussão sobre o assunto em encontro promovido pela Revista Congresso em Foco. Participaram do debate (veja a foto) as deputadas Christiane Yared (PTN-PR), Clarissa Garotinho (PR-RJ) e Eliziane Gama (PPS-MA), e as senadoras Ana Amélia (PP-RS), Lídice da Mata (PSB-BA), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Simone Tebet (PMDB-MS). O resultado dessa discussão será destacado no próximo número da revista.

<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/brasil-fica-atras-ate-do-orientemedio-em-participacao-feminina-na-politica/> acessado em 02 de Março de 2017 as 11:55



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ESTADO DE GOIÁS

O PODER DA CIDADANIA

PROCESSO LEGISLATIVO

Nº 2017000900

Data Autuação: 22/03/2017

Projeto : 03 - AL
Origem: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - GO
Autor: DEP. DEL. ADRIANA ACCORSI E OUTROS
Tipo: PROJETO
Subtipo: RESOLUÇÃO - OUTRAS
Assunto:

ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 1.218, DE 03 DE JULHO DE 2007, QUE
INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE GOIÁS.



2017000900



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS
O PODER DA CIDADANIA



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03,1822 DE julho 2017.

APROVADO PRELIMINARMENTE
A PUBLICAÇÃO E POSTERIORMENTE
A COMISSÃO DE CONST., JUSTIÇA
E REDAÇÃO
Em 03 de 2017
1º Secretário

ALTERA A RESOLUÇÃO Nº
1.218, DE 03 DE JULHO DE
2007, QUE INSTITUI O
REGIMENTO INTERNO DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE GOIÁS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art.
10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os §7º, ao artigo 147 da Resolução nº. 1.218, de 03 de julho de 2007, que institui o Código de Ética Parlamentar, com a seguinte redação:

"Art. 147.....

§ 7º Quando licenciado para tratamento de saúde ou para empreender viagem de observação e estudo ao exterior ou licença-maternidade ou paternidade, o Deputado terá direito à percepção integral da remuneração. "

Art. 2º Alteração do § 4 e inclusão do inciso VI e §§ 9º e 10º do artigo 201 da Resolução nº 1.218, de 03 de julho de 2007, que institui o Código de Ética Parlamentar, com as seguintes redação:

"Art. 201

VI - por maternidade ou paternidade natural ou adotiva;

§ 4º O requerimento de licença para tratamento de saúde deverá ser instruído com atestado médico com firma reconhecida e o da licença por maternidade ou paternidade, de documento comprobatório do nascimento ou da adoção da criança.

§ 9º A licença por maternidade natural é de 120 (cento e vinte) dias e a por paternidade é de 08 (oito) dias, contados em ambos os casos, da data do nascimento da criança.

§ 10º A licença por maternidade ou paternidade adotiva, em período igual ao estabelecido no parágrafo anterior, só será deferida se o adotado contar até 09 (nove) meses de idade."

Art. 3º Alteração do Artigo 203 da Resolução nº 1.218, de 03 de julho de 2007, que institui o Código de Ética Parlamentar, com as seguintes redação:

"Art. 203. A convocação de suplente dar-se-á no caso de vaga, em virtude de morte, de renúncia, de investidura em funções previstas no inciso I do art. 15 da Constituição do Estado ou de licença igual ou superior a 120 (cento e vinte) dia, exceto licença maternidade-paternidade."

Sala das Sessões aos de de 2017.

Atenciosamente,

Delegada Adriana Accorsi

Deputada Estadual
Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa alterar dispositivos da Resolução nº. 1218, de 03 de julho de 2007, que institui o Código de Ética Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. As alterações são no sentido de possibilitar a licença maternidade e paternidade, tanto natural como adotiva.

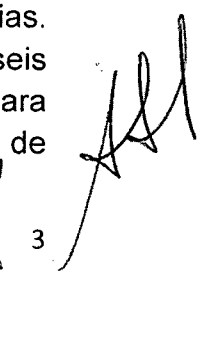
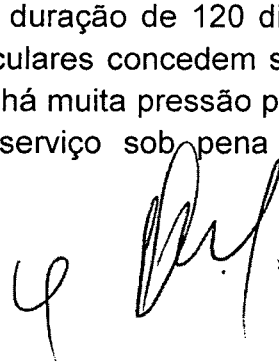
Embora representem mais da metade da população e do eleitorado nacional, as mulheres ainda têm um grande desafio para se consolidar na política. O Brasil amarga uma das piores colocações no ranking mundial de presença feminina no Parlamento. Segundo o último boletim da União Interparlamentar (UIP), divulgado em janeiro, o Brasil está apenas na 116ª posição em uma lista de 190 países. Vide matéria em anexo.

Sem a devida alteração no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, quando é necessária a utilização da licença de 120 (Cento e vinte) dias o nosso Regimento deixa explícito que pelo período de 120 (Cento e vinte) dias o suplente assume como titular do mandato até o fim da licença.

Com a alteração no Art. 203 e inclusão dos §§ 9 e 10 do Art. 201 o titular do mandato tendem a se beneficiar da licença maternidade ou paternidade, sem a necessidade de seu suplente assumir a suas funções na casa. A licença é válida também para filhos e filhas adotivas que tem até nove (9) meses de idade.

A necessidade da licença é devido ao laço familiar que tem a ser construído naquele momento único para o pai e a mãe da criança, onde o titular do mandato sem as devidas alterações no Regimento Interno ao utilizar o seu direito de licença maternidade ou paternidade sente-se prejudicado pelo fato do suplente assumir seu mandato. Assim deixando falho o mandato ao retornar a suas funções anteriores, as alterações apresentadas servem para retirar essa falha e acrescentar em nosso Regime Interno a implementação da licença maternidade.

No Brasil, a licença-maternidade foi introduzida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943. Na época, a mulher tinha direito a quatro semanas antes e oito depois do parto. Com a Constituição Federal de 1988, a licença foi ratificada como direito social e passou a ter duração de 120 dias. Atualmente, órgãos públicos e algumas empresas particulares concedem seis meses de afastamento. "Apesar de ser um direito, ainda há muita pressão para que as mulheres retornem logo a seus postos de serviço sob pena de



3

perderem seus empregos”, avalia Rosane Silva, secretária nacional da mulher trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT).



O ideal mesmo é que todos respeitassem, pelo menos, o tempo mínimo de licença-maternidade, já que inúmeros estudos comprovam a importância da amamentação. “Além de o leite materno possuir todos os nutrientes importantes para o desenvolvimento do bebê, ele tem menos riscos de infecção em geral, doenças respiratórias e também auxilia na digestão da criança”, certifica o Felipe Lora, pediatra do Hospital Infantil Sabará. O médico acrescenta os benefícios para o bebê de ter uma mãe disponível durante a licença-maternidade. “Trata-se de uma mulher mais atenta ao desenvolvimento do filho e isso fica evidente nas consultas pediátricas.”

Ainda vale ressaltar que o **pós-parto** é reconhecido por especialistas como o período de maior vulnerabilidade na vida da mulher para o aparecimento de transtornos psiquiátricos. Como a saúde da mãe é essencial para o **bem-estar do bebê**, é fundamental que ela tenha toda a assistência da qual necessita durante esse tempo. “É importante ter disponibilidade física e emocional para atender às necessidades do **recém-nascido**”, explica a psicóloga Maria Cecília Schettino. “O contato com a mãe estimula as conexões neurais no cérebro do bebê, que faz com que o bebê se sinta seguro, acolhido e amado, condições para que uma inteligência emocional que trará consequências positivas por toda sua vida, em todas as relações.”

A presente alteração faz-se necessário para a garantia da ocupação e manutenção por parte das mulheres no espaço legislativo.

O Art. 147 teve sua alteração para que a remuneração devido à licença materna ou paterna não seja prejudicada por conta de seus direitos.

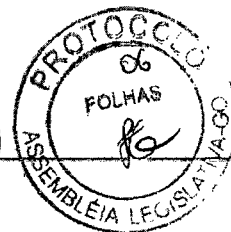
Sala das Sessões aos de de 2017.

Atenciosamente,


Delegada Adriana Accorsi
Deputada Estadual

Assembleia Legislativa do Estado de Goiás





ANEXO I

Embora representem mais da metade da população e do eleitorado nacional, as brasileiras ainda têm um grande desafio para se consolidar na política. O país comandado pela presidenta reeleita Dilma Rousseff (PT) amarga uma das piores colocações no ranking mundial de presença feminina no Parlamento. Segundo o último boletim da União Interparlamentar (UIP), divulgado em janeiro, o Brasil está apenas na 116ª posição em uma lista de 190 países. Na Câmara, as 51 mulheres ocupam o equivalente a 9,9% das cadeiras. No Senado, a proporção é um pouco maior. Há 12 senadoras em exercício, 13% dos 81 parlamentares.

Os índices brasileiros de engajamento de mulheres na política estão abaixo da média mundial, de 22,1% e também do percentual do Oriente Médio, 16%. Nações como Jordânia, Síria, Líbia, Iraque, Emirados Árabes, Afeganistão e Arábia Saudita, conhecidas por negar à mulher direitos básicos há décadas conquistados pelas brasileiras nos espaços públicos, superam o percentual do Brasil de participação feminina. As mulheres sauditas sofrem uma série de restrições no seu dia-a-dia. São proibidas, por exemplo, de dirigir veículos.

O país da ativista Malala Yousafzai, cuja causa envolve o acesso das mulheres à educação, também supera o Brasil. O Paquistão ocupa o 64º lugar no ranking, 52 posições à nossa frente. Malala foi vencedora do Nobel da Paz em 2014, aos 17 anos, pela defesa dos direitos humanos em sua província no nordeste paquistanês. Aos 15, ela foi baleada na cabeça por causa de sua militância. Os talibãs locais impedem que meninas frequentem a escola.

O Brasil subiu dez posições em relação ao levantamento feito ano passado. Mas a equidade de gêneros no Congresso brasileiro é bem inferior à registrada por países vizinhos. A Bolívia é a segunda colocada na pesquisa, enquanto a Argentina ocupa o 22º lugar. A lista é liderada por Ruanda, onde 63% do Parlamento é formado por mulheres. A UIP “está preocupada com a perpetuação de estereótipos sexuais na medida em que eles são um obstáculo para a parceria entre homens e mulheres, que preconiza o caminho para a democracia”.

De acordo com o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), a presença feminina no Congresso deveria refletir a participação da mulher no eleitorado brasileiro. “Seria justo que 50% dos cargos e das lideranças fossem ocupados por mulheres pelo simples fato de que mais de 50% da sociedade é formada por elas.”

Apesar de ter uma presidente mulher, os índices do Brasil são baixos pela dificuldade que as mulheres enfrentam para obter financiamento de

campanha, afirma a UIP. A entidade aponta que apenas na Suécia as mulheres detêm mais de 40% dos assentos do Parlamento desde 1995. Há 20 anos, a taxa mundial de presença de mulheres no Parlamento era de 11,3%. De lá para cá, registra a organização, esse índice saltou para 22,1% nos dias atuais, o que indica um crescimento significativo.



Reforma política

No Congresso Nacional, a criação de elementos que favoreçam a inclusão de mulheres no Legislativo é a principal reivindicação da bancada feminina. “Uma das propostas é a destinação de 30% das vagas do Senado e da Câmara para as mulheres. A intenção é chegar gradualmente aos 50%. Além da reserva de vagas, é preciso também garantir 30% dos recursos do fundo partidário”, explica a senadora Lídice da Mata (PSB-BA), ex-prefeita de Salvador. As mudanças serão apresentadas como propostas de emenda à Constituição nas duas casas legislativas.

As barreiras impostas pelos partidos políticos para as candidatas e a dificuldade de acesso a recursos do fundo partidário e o atual modelo de financiamento de campanha, que favorece candidaturas consideradas mais competitivas, são apontadas pelas parlamentares brasileiras entre os principais desafios para a maior participação feminina na política.

Na última quarta-feira (4), quatro senadoras e três deputadas participaram de discussão sobre o assunto em encontro promovido pela Revista Congresso em Foco. Participaram do debate (veja a foto) as deputadas Christiane Yared (PTN-PR), Clarissa Garotinho (PR-RJ) e Eliziane Gama (PPS-MA), e as senadoras Ana Amélia (PP-RS), Lídice da Mata (PSB-BA), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Simone Tebet (PMDB-MS). O resultado dessa discussão será destacado no próximo número da revista.

<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/brasil-fica-atras-ate-do-orientes-medio-em-participacao-feminina-na-politica/> acessado em 02 de Março de 2017 as 11:55



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Ao Sr. Dep. (s) Carlos Amador

PARA RELATAR

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 28 / 03 / 2017.

Presidente



PROCESSO N.º : 2017000900
INTERESSADO : DEPUTADA DELEGADA ADRIANA ACCORSI E OUTROS
ASSUNTO : Altera a Resolução n. 1.218, de 3 de julho de 2007, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.

RELATÓRIO

Versam os autos sobre projeto de resolução, de autoria da ilustre Deputada Adriana Accorsi, com o apoio prescrito regimentalmente (RI, art. 193), alterando o Regimento Interno desta Casa Legislativa para prever o licenciamento dos parlamentares em virtude de licença maternidade ou paternidade.

A justificativa da proposição menciona que a necessidade da licença é para fortalecer os laços familiares nesse momento único para os genitores que é o nascimento de seu filho ou filha. Argumenta-se ainda que com tais alterações não será necessária a convocação do respectivo suplente no período de licenciamento do titular.

Essa é a síntese da proposição em análise.

Preliminarmente, cumpre verificar que a presente propositura encontra-se devidamente apoiada por 1/3 (um terço) dos Deputados, conforme determina o art. 193 do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Não há qualquer óbice constitucional, legal ou regimental para aprovação desta matéria. Registre-se que o inciso II do art. 15 da Constituição Estadual prevê expressamente a hipótese de licenciamento dos parlamentares por motivo de maternidade ou de paternidade. É necessário, portanto, que essa garantia



constitucional seja incorporada e devidamente regulamentada no Regimento Interno desta Casa Legislativa

No mérito, somos favoráveis à aprovação da proposição em pauta, que em boa hora traz para o texto do Regimento Interno medida já reconhecida e que garantirá, especialmente às Deputadas e a seus bebês, um tratamento justo e equiparado, em direitos, ao das demais trabalhadoras.

A proposição, portanto, é plenamente compatível com o sistema constitucional vigente, observado que, neste momento, apresentamos um substitutivo, apenas para promover adequações de ordem formal (técnica legislativa):

"SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 3, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

Altera a Resolução n. 1.218, de 3 de julho de 2007, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 11, inciso XV, da Constituição Estadual, aprova e a Mesa promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º A Resolução n. 1.218, de 3 de julho de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 147.

§ 7º O Deputado terá direito à percepção integral da remuneração quando licenciado para tratamento de saúde ou para empreender viagem de observação ou estudo ao exterior, como também



quando no gozo de licença maternidade ou de licença paternidade.

....." (NR)

"Art. 201.

VI – nascimento ou adoção de filho.

§ 4º-A. A licença por maternidade será concedida por 120 (cento e vinte) dias consecutivos e poderá ter início no primeiro dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica, observado que:

I - no caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto;

II - o caso de aborto, atestado por médico, a Deputada terá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado.

§ 4º-B. À Deputada que adotar ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença remunerada pelo período de 120 (cento e vinte) dias.

§ 4º-C. Pelo nascimento ou adoção de filho, o Deputado terá direito à licença paternidade de 20 (vinte) dias consecutivos.

§ 4º-D. O requerimento de licença maternidade ou paternidade deverá ser instruído com documento comprobatório do nascimento ou da adoção da respectiva criança.

....." (NR)

"Art. 203. A convocação de suplente dar-se-á no caso de vaga, em virtude de morte, de renúncia, de investidura em funções previstas no inciso I do art. 15 da Constituição do Estado ou de licença igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias, exceto no caso de licença maternidade ou de licença paternidade.

....." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação."



Assim sendo, com a adoção do substitutivo ora apresentado, somos pela constitucionalidade e juridicidade da proposição em pauta, e, no mérito, por sua **aprovação**. É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, 28 de Março₅

de 2017.

Deputado CARLOS ANTONIO
Relator

mtc



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Aprova
o parecer do Relator **FAVORÁVEL A MATÉRIA.**

Processo Nº 900/17

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 22/08 / 2017.

Presidente: